

Caro Secretário **Márcio Félix**,  
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
Ministério das Minas e Energia – MME

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG destaca a importância da iniciativa desse Ministério em adequar as atividades do setor de Gás Natural ao novo momento do mercado, principalmente com a redução da participação da Petrobras em diversos segmentos da cadeia.

A oportunidade nos confere o debate entre os principais agentes da indústria e nos abre a propostas de discussão de medidas efetivas para o aprimoramento das normas que são fatores determinantes para o desenvolvimento do setor, visando um mercado com diversidade de agentes, competitividade o que contribui para o crescimento do País.

A constatação de que o consumo do Gás Natural no Brasil encontra-se decrescendo devido aos altos preços do produto, ocasionados entre outros aspectos por entraves regulatórios e falta de incentivo à exploração e produção, nos leva a crer que a regulamentação atual não beneficia as indústrias de transformação que tanto dependem desse insumo e que ficaram reféns dos monopólios das concessionárias locais.

Alinhados à visão do Plano de que se trata de um mercado com diversidades de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, destacamos nossa ação cooperada de também propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor.

Para tanto, gostaríamos de destacar nossas seguintes contribuições:

- Inclusão da exploração e produção do gás *onshore* na relação de prioridades da iniciativa do MME/ANP/EPE, principalmente com ações para modificar e adequar o atual contrato de concessão/ regulação refletindo a realidade do *onshore*, que atualmente, tem as mesmas exigências do E&P *offshore*;
- Definição e implantação efetiva de regras claras para os processos de licenciamento ambiental, especialmente em relação à competência para análise e decisão, aos prazos de resposta dos órgãos e à indicação prévia dos estudos e documentos a serem apresentados pelo empreendedor e apoio à capacitação dos órgãos ambientais competentes;
- Uma Legislação regulatória /ambiental para o fraturamento hidráulico que permita o desenvolvimento da atividade de E&P *onshore*, refletindo seus impactos e riscos, facilita o crescimento da atividade o que proporcionaria uma redução do preço do Gás Natural para as indústrias retomarem suas atividades, contribuindo

sobremaneira com a política de segurança energética do País, tornando a produção nacional independente da exploração *off shore*;

- Criação de uma Política de Incentivos fiscais e tributários para as atividades de E&P de gás natural em terra,
- Agenda para equacionar os problemas relacionados ao financiamento *private/equity*;
- Revisão no modelo de expansão da rede de transporte e adequação à figura do coordenador único.
- Agenda de incentivos específicos para o desenvolvimento da produção de gás não convencional no País e ações para atrair e desenvolver a cadeia de fornecedores criando um ambiente atrativo para os investimentos na E&P de gás natural em terra;
- Planejamento da infraestrutura de transporte para viabilizar a monetização do gás natural e facilitar o acesso ao mercado consumidor, consolidando o mercado de Gás Natural.

Outrossim, renovamos nossos cumprimentos.

***Victório Duque Semionato***

Presidente da Câmara da Indústria de Petróleo e Gás

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG